

ENSINO SUPERIOR

# Professores do curso de Direito do UNIJALES são aprovados em mestrado



O Centro Universitário de Jales conta com mais dois Mestres em seu time. Os docentes do curso de Direito, Gustavo Antonio Nelson Baldan e Maria Paula Branquinho Pini foram aprovados na defesa de suas dissertações de mestrado.

Gustavo Baldan defendeu o

tema “Pagamento por Serviços Ambientais: Instrumento de Proteção Ambiental de Municípios do Noroeste Paulista”. A apresentação foi no campus da Universidade Brasil de Fernandópolis, muito bem aceita pela banca examinadora composta pelo Dr. Cleber Fernando Menegasso Mansano e Dra.

Cristina Veloso de Castro. A orientação da dissertação ficou sob os cuidados da presidente da banca, Dra. Gisele Herbst Vazquez. A professora Maria Paula trabalhou com a dissertação “Incentivos e Impactos Advindos da Extrajudicialização do Divórcio”, defendida vir-



tualmente no início do mês de março, no Centro de Estudos de Direito Econômico e Social – CEDES. A Comissão Examinadora teve a participação do Prof. Dr. José Roberto Nalini e Prof. Dr. Cesar Calo Peghini. Maria Paula obteve nota máxima em sua aprovação. O trabalho foi orientado pela Profa.

Dra. Maria Tereza Aina Sadek, presidente da banca. **Parabenização** O reitor do UNIJALES, Oswaldo Soler Junior parabenizou os professores pela nova conquista profissional. A titulação reforça a qualidade do corpo docente do Centro Universitário de Jales, que

busca se inovar, atualizar e proporcionar o melhor ensino aos alunos da instituição. “É com orgulho que percebemos a máxima essência dos nossos professores e a evolução trabalhada que faz toda a diferença no resultado final da formação dos nossos estudantes”, finalizou Junior.

FORMATURA

# De alunos a Tecnólogos: Fatec Jales realiza Colação de Grau



Foi com a casa cheia que a Fatec Professor José Camargo - Fatec Jales realizou a cerimônia de colação de grau da 26ª turma de Tecnologia em Agronegócio, 21ª turma de Tecnologia em Sistemas para Internet, 12ª de Tecnologia em Gestão Empresarial e 6ª

de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. A cerimônia, que ocorreu no dia 18 de março, na Câmara Municipal de Jales, foi presidida pelo diretor geral da instituição, Prof. Dr. Evivaldo Castro Silva Júnior, e contou com a presença dos

membros da Congregação e da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), professores, funcionários, paraninfos, patrono, representante do poder executivo municipal, do poder legislativo municipal bem como de familiares e amigos dos formandos.

Por meio de um emocionante gesto simbólico de outorga de grau, os formandos receberam o título de Tecnólogo, o que representa a conclusão de uma fase que abrirá muitas portas no mercado de trabalho regional, nacional e até mesmo internacional.


EDUCAÇÃO SUPERIOR

# Alunos de Direito do UNIJALES fazem visita técnica ao Fórum de Jales



Na manhã de terça, dia 21 de março, os alunos do curso diurno de Direito fizeram uma visita técnica ao Fórum da Comarca de Jales. Os discentes foram recebidos pelo coordenador da 2ª Vara Civil, Sr. Fabiano Grossi Arosti, que apresentou as instalações do prédio; dialogou sobre o sistema Serviço de Automação da Justiça – SAJ, que auxilia nas rotinas administrativas e jurisdicionais, otimizando recursos e proporcionando ao cidadão uma prestação acessível e ágil dos serviços e falou sobre as profissões que atuam dentro do Fórum. A experiência para os alunos tornou-se incrível e modificou a visão que muitos possuíam so-

bre o local, como um lugar que seria inacessível e muito complexo; não poderiam estar mais enganados, já que a recepção feita pelo serventuário Fabiano foi dinâmica e calorosa. “Foi de um proveito muito valioso”, ressaltou Marcio Gregorini, estudante do 7º semestre. O Centro Universitário de Jales agradece o excelente acolhimento feito pelo diretor da 2ª Vara, Sr. Fabiano e demais autoridades e colaboradores presentes no Fórum, assim como a idealizadora da visita, Profa. Ma. Maria Paula Branquinho Pini, sendo uma forma de aproximar alunos e profissionais renomados que atuam em órgãos de Jales e região e partilhar as vivências diárias da profissão.



**Câmara Municipal de Aspásia**  
CNPJ 01.633.543/0001-09  
Email: [cmaspasia@yahoo.com.br](mailto:cmaspasia@yahoo.com.br) - Tel/Fax (0xx17) 3664-1203 – Celular 9732-9928  
RUA JOSÉ GONÇALVES VALENTIM, 145 – CENTRO – CEP 15.763-000 – ASPÁSIA/SP

PORTARIA N.º 09, DE 11 DE ABRIL DE 2023.

**SÚMULA:** Dispõe sobre a reintegração de servidor nos quadros funcionais do Legislativo Municipal.

**LAURINALDO DE OLIVEIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Aspásia, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

**CONSIDERANDO** a decisão judicial do Juizado Especial Cível - Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal, da Comarca de Urânia do Estado de São Paulo, nos autos nº 1000884-48.2022.8.26.0646, que reconheceu a ilegalidade da Portaria n.º 12/2022, declarando-a parcialmente nula tão somente no que se refere à parte autora Sr.ª **BETINA FRANCIELLI BAUNGARTE FUZETTO**, deferindo tutela de urgência para determinar a reintegração da mesma ao serviço público;


**CONSIDERANDO** que a Câmara Municipal de Aspásia editou a Resolução n.º 39 de 04 de abril de 2023, que dispõe sobre a reestruturação organizacional administrativa do Poder Legislativo de Aspásia, de forma a organizar os recursos humanos do Legislativo Municipal, acampando todos os cargos, definido ainda suas respectivas referências de padrão de vencimentos, jornada de trabalho, nível de escolaridade e atribuições, inclusive o cargo de Tesoureira.

**CONSIDERANDO** finalmente o disposto nos Artigos 16 e 17, da Lei Municipal nº 35, de 04/05/1993;

**RESOLVE:**

**Art. 1.º:** Fica reintegrada ao serviço público municipal, especificamente nos quadros dos Servidores do Legislativo Municipal, no cargo de **TESOUREIRA** a senhora **BETINA FRANCIELLI BAUNGARTE FUZETTO**.


**Parágrafo Único:** A reintegração dar-se-á no mesmo cargo que a servidora ocupava no momento de seu desligamento, qual seja o cargo de **TESOUREIRA**, mantida a lotação perante a Tesouraria da Câmara Municipal de Aspásia, órgão do Departamento de Finanças Públicas do Legislativo Municipal, cujo cargo encontra-se disciplinado pela Resolução n.º 39 de 04 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial do Município no dia 05 de abril de 2023.



**Art. 2.º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Registre-se, publique-se e dê-se ciência.

CÂMARA MUNICIPAL DE ASPÁSIA/SP, 11 de abril de 2.023.

  
=LAURINALDO DE OLIVEIRA=  
PRESIDENTE

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

=Marilene Gonçalves Garcia Conejo=  
Diretora Administrativa



**Câmara Municipal de Aspásia**  
CNPJ 01.633.543/0001-09  
Email: [cmaspasia@yahoo.com.br](mailto:cmaspasia@yahoo.com.br) - Tel/Fax (0xx17) 3664-1203 – Celular 9732-9928  
RUA JOSÉ GONÇALVES VALENTIM, 145 – CENTRO – CEP 15.763-000 – ASPÁSIA/SP

PORTARIA N.º 10, DE 11 DE ABRIL DE 2023.

**LAURINALDO DE OLIVEIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Aspásia, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

**CONSIDERANDO** a decisão judicial do Juizado Especial Cível - Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal, da Comarca de Urânia do Estado de São Paulo, nos autos nº 1000884-48.2022.8.26.0646, que reconheceu a ilegalidade da Portaria n.º 12/2022, declarando-a parcialmente nula tão somente no que se refere à parte autora Sr.ª **BETINA FRANCIELLI BAUNGARTE FUZETTO**, deferindo tutela de urgência para determinar a reintegração da mesma ao serviço público;

**CONSIDERANDO** que a Câmara Municipal de Aspásia editou a Portaria nº 09, de 11 de abril de 2023, reintegrando no serviço público municipal, especificamente nos quadros dos Servidores do Legislativo Municipal, no cargo de **TESOUREIRA** a senhora **BETINA FRANCIELLI BAUNGARTE FUZETTO**.


**RESOLVE:**

**Art. 1.º:** Fica **REVOGADA a Portaria nº 13/2022 de 01 de agosto de 2022**, que havia designado a servidora Marilene Gonçalves Garcia Conejo, para o encargo de substituta eventual de Tesoureira da Câmara Municipal de Aspásia.

**Art. 2.º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Registre-se, publique-se e dê-se ciência.

CÂMARA MUNICIPAL DE ASPÁSIA/SP, 11 de abril de 2.023.

  
=LAURINALDO DE OLIVEIRA=  
PRESIDENTE

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

=Marilene Gonçalves Garcia Conejo=  
Diretora Administrativa



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
CONSELHO TUTELAR  
Rua Armino Pihlalmi, nº 1121 - Centro - CEP 15.750-000 - Santa Albertina - SP

**Edital Normativo nº 001/2023**  
**De 30 de março de 2023**

Dispõe sobre o Processo de Escolha Unificado dos candidatos a membro do Conselho Tutelar do Município de Santa Albertina.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santa Albertina - CMDCA, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções nº 231/2022 expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e as Leis Municipais nº 384/2005, nº 859/2013, nº 1.124/2019 e 1.235/2022, **TORNA PÚBLICO o Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2027, mediante as condições estabelecidas neste Edital.**

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

1.1 Processo de Escolha Unificado para candidatos a Membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público

1.2 A **Comissão Especial** designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta paritariamente dentre os membros do aludido Conselho, conforme Resolução nº 001/2023, é a responsável por toda a condução do processo de escolha.

1.3 O processo destina-se à escolha de 04 (quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes, para composição do Conselho Tutelar do município de Santa Albertina, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**2.1 Das atribuições do Conselho Tutelar:**

2.1.1 O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas nos artigos 18-B, parágrafo único, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

**2.2 Da Remuneração:**

2.2.1 A remuneração do Conselheiro Tutelar corresponde à **Referência 04 da Tabela de Vencimentos da Prefeitura de Santa Albertina/SP**, atualmente no valor de **R\$1.386,68 (mil trezentos e oitenta e seis e sessenta e seis centavos)**.

2.2.1.1 Os membros do Conselheiro Tutelar não têm vínculo empregatício com o Município, entretanto é assegurado, nos termos do artigo 134 da Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações e, legislação municipal local o direito a:

2.2.1.1.1 Cobertura previdenciária

2.2.1.1.2 Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

2.2.1.1.3 Licença maternidade, inclusive nos casos de adoção;

2.2.1.1.4 Licença paternidade;

2.2.1.1.5 13º salário;

2.2.1.1.6 Será assegurada também aos membros do Conselho Tutelar a concessão de licença para tratamento de saúde, por motivo devidamente justificado.

2.2.1.1.7 Recebimento de cartão alimentação no valor mensal atual de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).<sup>2</sup>

**2.2.2** Se o servidor municipal for eleito para o Conselho Tutelar, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos incorporados, ficando-lhe garantidos:

2.2.2.1 O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato

2.2.2.2 A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

**2.3 Do Horário de funcionamento do Conselho Tutelar e exercício da função:**

2.3.1 Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto na legislação municipal vigente para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobrevisto, assim como da realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão.

2.3.2 O exercício da função de membro do Conselho Tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município.

**2.4 Do mandato**

2.4.1 Os Membros do Conselho Tutelar eleitos terão mandato de 04 (quatro) anos, a contar de 10 de janeiro de 2024 a 09 de janeiro de 2028, permitida recondução por novos processos de escolha.

**3. DAS FASES DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:**

**3.1 O Processo de Escolha dos Candidatos a membro do Conselho Tutelar obedecerá às seguintes Fases:**

3.1.11ª Fase: Da inscrição dos interessados em participar do Processo de Escolha com apresentação dos documentos exigidos conforme a legislação municipal e este Edital Normativo;

3.1.22ª Fase: Processo de Escolha através de sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores maiores de 16 (dezois) anos, residentes no Município de Santa Albertina.

**1ª FASE**

Da inscrição dos interessados em participar do Processo de Escolha com apresentação dos documentos exigidos conforme a legislação municipal e este Edital Normativo

**4. DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS:**

4.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do processo de escolha, tais como se acham definidas neste Edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento;

4.1.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de membro do Conselho Tutelar.

4.1.2 As inscrições serão feitas na Biblioteca Municipal, situada à Rua João Lujan, nº 720, Centro, Santa Albertina/SP, no período de **03/04/2023 a 03/05/2023 no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00**.

**4.2 Para candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:**

4.2.1 Reconhecida idoneidade moral;

4.2.2 Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

4.2.3 Residir no município há mais de 02 (dois) anos, até a data da inscrição;

4.2.4 Ensino fundamental completo;

4.2.5 Experiência na área de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

4.2.6 Estar em gozo e exercício de seus direitos políticos;

**4.3 No ato de inscrição o candidato, pessoalmente, deverá:**

4.3.1 Preencher e protocolar requerimento junto ao CMDCA de Santa Albertina, em modelo próprio que lhe será fornecido no local, no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste Edital;

4.3.2 Entregar documentos, em original ou cópia acompanhada do original, ou cópia autenticada, para comprovação dos seguintes requisitos:

4.3.2.1 **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL** conforme apresentada no **ANEXO I** atestando sua idoneidade moral assinada por duas testemunhas, com firma reconhecida;

4.3.2.2 A comprovação de idoneidade moral far-se-á pela apresentação de Certidão Negativa Criminal da Justiça Comum atualizada, emitida pelo Cartório do Distribuidor da Comarca de Jales/SP, bem como das Certidões Negativas Criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Federal.

4.3.2.3 Carteira de identidade com foto;

4.3.2.4 Certidão de Quitação Eleitoral obtida no endereço <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;

4.3.2.5 Comprovante de residência e ainda Declaração de Residência, conforme **ANEXO II** assinada pelo candidato e mais 02 (duas) testemunhas atestando que reside no município há mais de 02 (dois) anos;

4.3.2.6 Comprovação de conclusão do ensino fundamental;

4.3.2.7 Comprovar experiência na área de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente através de:

a) A comprovação de experiência na área de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente se dará através da apresentação de Declaração expedida por representante legal de organização governamental ou não governamental que execute políticas de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e adolescente, ou de movimentos sociais comprometidos com tal causa, demonstrando a experiência do candidato na área.

4.4 A qualquer tempo poder-se-á anular as inscrições, as provas e/ou nomeação do candidato, caso se verifique qualquer falsidade nas declarações e/ou qualquer irregularidade nas provas e/ou documentos apresentados;

**5. DA HABILITAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA O PLEITO:**

5.1 Após realizadas as inscrições abrirá vista pelo prazo de 03 (três) dias ao representante do Ministério Público para interpor eventuais impugnações a candidatura.

5.2 Ocorrendo impugnação, dela deverá ser intimado o candidato para apresentar sua defesa no prazo de 05 (cinco) dias, competindo ao CMDCA de Santa Albertina em igual prazo relatar a decisão a respeito.

5.3 Esgotado o prazo para registro das candidaturas e uma vez julgadas as impugnações suscitadas pelo representante do Ministério Público o CMDCA de Santa Albertina, providenciará a publicação do Edital contendo o nome de todos os candidatos registrados e fixando o prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação para impugnação por qualquer eleitor.

5.4 Qualquer pessoa maior e capaz, residente no município, poderá, até o último dia do prazo fixado para impugnação no item 5.3, requerer ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a impugnação de candidaturas, em petição fundamentada e indicando as provas que poderão ser produzidas.


5.5 Impugnada qualquer candidatura, a homologação das candidaturas ficará suspensa até decisão final do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.

5.6 O Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, com a autuação da impugnação através de sua secretaria, providenciará em 05 (cinco) dias, contados do recebimento da impugnação, a notificação do impugnado para produzir sua defesa no prazo de 05 (cinco) dias, ouvindo em seguida o Ministério Público pelo mesmo prazo.

5.7 Finalizadas tais providências, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 05 (cinco) dias, por maioria simples, decidirá sobre a impugnação, declarando válido ou invalidando a respectiva candidatura impugnada.

5.8 Um vez julgadas as impugnações, o CMDCA providenciará a publicação de Edital na imprensa local contendo o nome dos candidatos habilitado para o pleito, publicando respectivo edital de habilitação e homologação do registro das candidaturas.

**Circulação:**



Rua Pedro Modesto Andreado Padilha, nº 80 – Distrito Industrial II – Jales/SP  
Fone Fax (17) 3632-6889

**2ª FASE**

Processo de Escolha através de sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores maiores de 16 (dezois) anos.

**6. DA REALIZAÇÃO DO PLEITO:**

6.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores maiores de 16 (dezois) anos, em pleito coordenado e sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante fiscalização do representante do Ministério Público.

**7. DA REUNIÃO QUE AUTORIZA A CAMPANHA ELEITORAL AOS CANDIDATOS PREVIAMENTE HABILITADOS:**

7.1.1 Em reunião própria, a Comissão Especial deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste Edital, no que diz respeito notadamente:

7.1.1.1 aos votantes (quem são, documentos necessários etc.);

7.1.1.2 às regras da campanha (proibições, penalidades etc.);

7.1.1.3 à votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);

7.1.1.4 à apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado;

7.1.1.5 à definição de como o candidato deseja ser identificado na cédula (nome, codinome ou apelido etc.);

7.1.1.6 à definição do número de cada candidato;

7.1.1.7 aos critérios de desempate;

7.1.1.8 aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140, da Lei nº 8.069/90;

7.1.1.9 à data da posse.

7.1.2 A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.

7.1.3 O candidato que não comparecer à reunião acordará tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão Especial e pelos demais candidatos presentes.

7.1.4 A reunião deverá ser lavrada em ata, constando a assinatura de todos os presentes.

7.1.5 No primeiro dia útil após a reunião, será divulgada a lista definitiva dos candidatos habilitados, constando nome completo de cada um, com indicação do respectivo número e do nome, codinome ou apelido que será utilizado na cédula de votação, sendo publicada em jornal de circulação no município, no diário eletrônico municipal e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

**8. DA CANDIDATURA:**

8.1 O registro da candidatura é individual e sem vinculação a partido político.

8.2 É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado.

**9. DOS VOTANTES:**

9.1 Poderão votar todos os cidadãos maiores de 16 (dezois) anos inscritos como eleitores no município;

9.1.1 Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade;

9.1.2 Cada eleitor poderá votar em até cinco nomes dos candidatos constantes na cédula, sendo que, o voto em mais de seis candidatos ou que tenha qualquer tipo de inscrição que possa identificar o votante será considerado nulo;<sup>3</sup>

9.1.3 Não será permitido o voto por procuração.

**10. DA CAMPANHA ELEITORAL:**

<sup>1</sup> § 2º, do artigo 33, da Lei n.º 384/2005.

10.1Visando assegurar igualdade de condições na escolha pública, o Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fiscalizará os meios de comunicação, inclusive emissoras de rádio, de forma que os candidatos disponham do mesmo período de tempo na divulgação de suas candidaturas.

10.1.1 Durante a campanha que antecede a escolha popular poderão ser promovidos debates, envolvendo todos os candidatos cujas inscrições tenham sido deferidas, permitindo aos cidadãos avaliarem o potencial de cada postulante ao Conselho Tutelar.

10.1.1.1 Caso o número de candidaturas deferidas impossibilite a realização de um único debate com todos os concorrentes, é facultada a realização de debates de grupos de candidatos, desde que haja a aceitação de todos aos critérios de sua realização e divisão.

10.1.2 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará ampla divulgação da escolha, de forma a motivar e conscientizar os municípios da importância da participação popular.

10.1.3 Fica expressamente proibida a propaganda que consista em pintura ou pichação de letreiros ou outdoors nas vias públicas, nos muros e paredes de prédios públicos e nos monumentos.

10.1.4 É permitida a propaganda mediante faixas que somente poderão ser afixadas dentro de propriedades particulares, vedando-se a sua colocação em bens públicos ou de uso comum.

10.1.4.1 Será permitida a distribuição de panfletos, mas não a sua afixação em prédios públicos, considerando-se ilícita a propaganda feita por meio de camisetas, bonés e outros meios, desde que não sejam ofensivos a qualquer pessoa ou instituição pública ou privada, sendo expressamente vedada propaganda por alto falantes ou assemelhados, fixos ou em veículos.

10.1.4.2 No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.<sup>4</sup>

10.1.4.3 O período lícito de propaganda terá início a partir da data em que forem homologadas as candidaturas, encerrando-se três dias antes da data marcada para a escolha;

10.1.4.4 No dia da escolha é vedada qualquer tipo de propaganda, sujeitando-se o candidato que promovê-la à cassação de seu registro de candidatura em procedimento a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**11. DA VOTAÇÃO:**

11.1.1 A votação ocorrerá no dia **01 DE OUTUBRO DE 2023, no horário das 8:00 às 17:00**, cujo local das votações será definido por edital da Comissão Especial, a ser amplamente divulgado com antecedência mínima de **20 (vinte) dias**, no diário eletrônico do Município, no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

11.1.2 O modelo da cédula, elaborado da forma mais simplificada possível, conterá os nomes de todos os candidatos na ordem alfabética ou em ordem decrescente de sorteio, sendo este realizado em reunião do Conselho de Direitos, com a presença dos candidatos que quiserem comparecer, e perante o representante do Ministério Público, que será previamente notificado pessoalmente de tal data.

11.1.2.1 As cédulas para a escolha dos membros do conselho tutelar serão rubricadas pelos membros das mesas receptoras de votos, antes de sua efetiva utilização pelo cidadão.

11.1.2.2 Os cidadãos poderão votar até cinco nomes), constantes da cédula, sendo nulas as cédulas que contiverem mais de cinco nomes assinalados ou que tenham qualquer tipo de inscrição que possa identificar o votante.

11.1.3 No dia designado para a realização da escolha, as mesas receptoras de votos, cujo número e localização serão divulgados com antecedência de **trinta dias antes da escolha**, estarão abertas aos cidadãos no **horário das 8:00 às 17:00**.

11.1.3.1 O número de seções e locais de votação serão decididos pela Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e divulgado no prazo do caput deste artigo.

11.1.4 Cada candidato poderá nomear um fiscal para cada seção, comunicando todos os nomes, número das cédulas das identidades e as respectivas seções até o final do prazo de propaganda prevista nesta Lei à Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual encaminhará para cada seção a relação de fiscais aptos a permanecerem no local.

<sup>4</sup> § 3º, artigo 139 da Lei 8.069/1990.

11.1.5 Terminada a votação, serão as urnas lacradas na presença dos candidatos ou respectivos fiscais presentes e o lacre rubricado pelos presentes.

**12. DA MESA DE VOTAÇÃO**

12.1As mesas de votação serão compostas por membros do CMDCA e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados.

12.1.1 Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado.

12.1.2 Compete à cada mesa de votação:

12.1.2.1 Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;

12.1.2.2 Lavar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;

12.1.2.3 Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;

12.1.2.4 Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Especial.

**13. DA APURAÇÃO E PROCLAMAÇÃO DOS ESCOLHIDOS**

13.1Encerrado o horário designado para a votação, todas as urnas, devidamente lacradas e rubricadas, serão levadas pelos mesários para o local designado para apuração, onde a Junta Apuradora, coordenada pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do Ministério Público, iniciará a apuração dos votos.

13.1.1 Os candidatos ao Conselho Tutelar ou um fiscal indicado por cada candidato poderão acompanhar a apuração, obedecendo-se eventual rodízio no local, caso o espaço não permita a permanência de todos no recinto.

13.1.2 Serão considerados escolhidos os cinco candidatos mais votados.

13.1.2.1 Os candidatos que pelos números de votos obtidos estiverem colocados de sexto a décimo lugar serão declarados suplentes do Conselho Tutelar.

13.1.2.2 Havendo empate entre os candidatos, será considerado escolhido aquele que for mais idoso.

13.1.3 Terminada a apuração de todas as urnas, não havendo questões incidentes a serem solucionadas, o presidente do Conselho proclamará escolhidos, anunciando que, os que tiverem interesse, terão o prazo de até cinco dias úteis para apresentar formalmente impugnação quanto ao resultado da escolha.

13.1.4 Decorrido o prazo do item anterior, sem qualquer impugnação quanto ao resultado da escolha, ou decididas todas as impugnações apresentadas, o Presidente do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação do Ministério Público, comunicará o resultado da escolha ao Juiz de Direito, ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal e ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, encaminhando-lhes a relação nominal dos conselheiros escolhidos e seus suplentes, em ordem decrescente com relação ao número de votos obtidos.

13.1.5 Em todas as seções haverá formulário próprio para lavratura de ata com descrição minuciosa das ocorrências verificadas o número de votantes, subsidiando a feitura do Boletim de Apuração a ser preenchido pela Junta Apuradora.

13.1.5.1 O Boletim de Apuração será elaborado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente ou pela Comissão constituída.

**14. DOS IMPEDIMENTOS:**

14.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, descendentes, sogro, sogra, genro e nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto e madrastra e enteado.

14.2 Estende-se o impedimento do conselheiro, em relação à autoridade judiciária e ao representante do ministério público com atuação na justiça da infância e da juventude, em exercício na Comarca.

14.3 Existindo candidatos impedidos de atuar no Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerará-se eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

**15. DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO, NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO:**



**Diretor Responsável:**  
IVAIR BOLOGNA  
**Redação:**  
Ivaír Bologna  
Eduardo Monteiro

Circulação: Jales, São João das Duas Pontes, São Francisco, Palmeira d'Oeste, Aparecida d'Oeste, Santa Salete, Santa Albertina, Marinópolis, Aspásia, Santana da Ponte Pensa, Vitória Brasil, Dirce Reis, Pontalinda, Nova Canaã, Urânia, Dolcinópolis, Turmalina, Populina, Mesópolis, Paranapuã, Santa Rita d'Oeste, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Suzanópolis, Aparecida d'Oeste, Palmeira d'Oeste, Marínópolis, Dirce Reis, São Francisco, Pontalinda, S. J. duas Pontes

IMPRESSÃO:  
**TOTALGRAPH**  
EDITORIA GRÁFICA

PERIODICIDADE: TERÇAS, QUINTAS E SÁBADOS

E-mail: [jn.folharegional@gmail.com](mailto:jn.folharegional@gmail.com)

Os artigos assinados não representam a opinião deste jornal

Rua Pedro Modesto Andreado Padilha, nº 80 – Distrito Industrial II – Jales/SP  
Fone Fax (17) 3632-6889



**Junior Soler**  
Cel. (17) 99785-1119

Av. Francisco Jalles, 1851 - Centro - Jales - SP - CEP: 15.703-200  
Tel.: (17) 3622-1620 e-mail: [jrsoler@unijales.edu.br](mailto:jrsoler@unijales.edu.br) [www.unijales.edu.br](http://www.unijales.edu.br)

- 15.1 A divulgação do resultado da eleição será imediatamente após a apuração e será publicado no diário eletrônico do Município;
- 15.2 Decididos os eventuais recursos interpostos após o resultado das eleições, a Comissão Especial deverá divulgar o resultado final do processo de escolha com a respectiva homologação do CMDCA, no prazo de 02 (dois) dias.
- 15.3 Após a homologação do processo de escolha, o CMDCA deverá diplomar os candidatos eleitos e suplentes, no prazo de 05 (cinco) dias.
- 15.4 Após a diplomação, o CMDCA terá 48 (quarenta e oito) horas para comunicar o Prefeito Municipal da referida diplomação.
- 15.5 O Prefeito Municipal, após a comunicação da diplomação, deverá nomear os 05 (cinco) candidatos mais bem votados, ficando todos os demais, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.
- 15.6 Caberá ao Prefeito Municipal dar posse aos membros do Conselho Tutelar eleitos em 10 de janeiro de 2024.
- 15.7 A convocação dos membros do Conselho Tutelar eleitos para a posse será realizada por meio de Edital, a ser publicado nos locais indicados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- 15.8 Os candidatos também serão pessoalmente convocados por ofício, a ser entregue no endereço informado, quando do preenchimento da inscrição.
- 15.8.1 A remessa do ofício tem caráter meramente supletivo.
- 15.8.2 O dia, a hora e o local da posse dos membros do Conselho Tutelar eleitos serão divulgados junto à comunidade local, afixando o convite no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
- 15.9 O candidato eleito que desejar renunciar a sua vaga no Conselho Tutelar deverá manifestar, por escrito, sua decisão ao CMDCA.
- 15.10 O candidato eleito que, por qualquer motivo, manifestar a inviabilidade de tomar posse e entrar em exercício, nesse momento, poderá requerer a sua dispensa junto ao CMDCA, por escrito, sendo automaticamente reclassificado como último suplente.
- 15.11 O candidato eleito que não for localizado pelo CMDCA automaticamente será reclassificado como último suplente.
- 15.12 Se na data da posse o candidato estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a sua entrada em exercício será postergada para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.
- 15.13 No momento da posse, o escolhido assinará documento no qual conste declaração de que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de membro do Conselho Tutelar e ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.
- 15.14 Os candidatos eleitos a membro do Conselho Tutelar e os candidatos suplentes deverão participar de curso de formação e capacitação para o exercício da função.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 16.1 O processo de escolha para os membros do Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.
- 16.2 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos membros do Conselho Tutelar ao término do mandato em curso.
- 16.3 Em qualquer caso o CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.
- 16.4 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital a ser publicado em jornal de circulação no município e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
- 16.5 É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.
- 16.6 A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita, mediante protocolo, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Albertina.
- 16.7 Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão Especial, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.
- 16.8 As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, com a devida fundamentação, pela Comissão Especial.
- 16.9 Todas as decisões da Comissão Especial ou do Plenário do CMDCA serão devidamente fundamentadas.
- 16.10 Todo o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão Especial, para garantir a fiel execução da Lei e deste Edital.
- 16.11 Os membros do Conselho Tutelar eleitos como titulares e os seus suplentes, no primeiro mês de exercício funcional, submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica, as atribuições do cargo e aos treinamentos práticos necessários, promovidos por uma comissão ou instituição pública ou privada, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria à qual está vinculado.
- 16.12 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Santa Albertina.

Santa Albertina, 30 de Março de 2023.

Ana Patrícia de Freitas Maioli

Presidente do CMDCA

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Nós abaixo assinados, **DECLARAMOS** para os devidos fins, que conhecemos o

Sr. (a) \_\_\_\_\_ portador (a) do documento de identidade \_\_\_\_\_ há mais de dois anos, e sabemos tratar-se de cidadão (ã) de conduta irreprovinável, não sendo de nosso conhecimento nada que o (a) desabone até a presente data.

Santa Albertina \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023

Assinatura do Candidato

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu \_\_\_\_\_ portador (a) do documento de identidade \_\_\_\_\_ **DECLARO**, para os devidos fins, que mantenho residência e domicílio à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, no Bairro \_\_\_\_\_ no Município de Santa Albertina/SP desde \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Santa Albertina \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023.

Assinatura do Candidato

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CRONOGRAMA

PROVIDÊNCIAS	DATA
Publicação do edital de convocação	31 de Março de 2023
Registro das candidaturas	De 03/04/2023 a 03/05/2023
Análise de pedidos de registro de candidatura pelo CMDCA	04/05/2023 Até 14/05/2023
Publicação da Relação de candidatos inscritos	15/05/2023
Envio do processo para vista do representante do Ministério Público.	Até 16/05/2023
Vista do Ministério Público	Até 03 dias úteis
Impugnação de candidaturas	15 a 19/05/2023
Notificação aos candidatos interessados	22 a 26/05/2023
Apresentação de defesa pelo candidato impugnado	29/05 a 02/06/2023
Análise e decisão dos pedidos de impugnação	Até 09/06/2023
Interposição de recurso	12 a 16/06/2023
Análise e decisão dos recursos	19 a 23/06/2023
Publicação dos candidatos habilitados	03/07/2023
Reunião para firma compromisso	10/07/2023
Solicitação de urnas e solicitação da lista de eleitores	Até 01/08/2023
Seleção de pessoas que trabalharão na eleição como mesário e escrutinadores (suplentes)	Prazo até 31 de agosto de 2023
Reunião de orientação aos mesários, escrutinadores e suplentes	Prazo até 22/09/2023
Solicitação de apoio da polícia militar e civil	Até 15 de setembro de 2023
Confeção das cédulas de votação	Até 05 (cinco) dias da realização do pleito, impreterivelmente
Divulgação dos locais do Processo de Escolha	Até 10 de setembro de 2023
Eleição	01 de outubro de 2023
Posse dos Conselheiros	10 de janeiro de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2023

Processo	Nº. 012/2023
Pregão	Nº. 007/2023
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BÁSICOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E ACABAMENTO PARA SEREM UTILIZADOS EM DIVERSOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS EM PRÉDIOS PÚBLICOS DESTA MUNICIPALIDADE
Empresa vencedora	MARIN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Valor	R\$ 156.572,85 (cento e cinquenta e seis mil quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência	27/03/2023 A 26/03/2024

Prefeitura Municipal de Urânia (SP), 27 de março de 2023.

PREFEITURA M. DE ESTRELAD’OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D'OESTE

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Presencial

Processo nº 29/23

Pregão nº 09/23

Encontra-se aberto nesta municipalidade o Pregão (Presencial) acima citado para a aquisição de 01 (um) Micro-Ônibus/ Ônibus rodoviário usado, ano de fabricação/modelo mínimo 2014 ou superior para o município de Estrela d'Oeste, conforme edital e anexos. A sessão do pregão dar-se-á no dia 25 de abril de 2023, tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá a partir das 13:30 horas. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Rua Bahia, nº639, Jardim São Paulo, pelo telefone (17) 3833-9411, bem como no site www.pmestrela.sp.gov.br. Estrela d'Oeste, 11 de abril de 2023. Marcos Antonio Saes Lopes – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D'OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste, torna público que às 13:30 horas do dia 04 de maio de 2023, fará o LEILÃO Nº 01/23, para alienação de bens móveis, que se encontrará à disposição dos interessados no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Estrela d'Oeste, sito à Rua Campos do Jordão, 351, Jardim Avorada, onde será realizado o Leilão.

As descrições dos bens a ser leiloados se encontram a disposição no site www.pmestrela.sp.gov.br bem como o edital completo e seus anexos. Para obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Rua Bahia, 639, Jardim São Paulo, pelo telefone (17) 3833 9411. Estrela d'Oeste, SP, 11 de abril de 2023. Marcos Antônio Saes Lopes-Prefeito Municipal.

PREFEITURA M. DE NOVA CANAÃ PAULISTA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

Edital de Resultado Classificatório

10 de abril de 2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA torna público o **EDITAL DE RESULTADO CLASSIFICATÓRIO** do CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 conforme segue:

1. DO RESULTADO CLASSIFICATÓRIO

1.1.1 NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL

01 COVEIRO					
ORDEM	INSCRIÇÃO	CANDIDATO		NASCIMENTO	TOTAL
1	27880	CARLOS RODRIGUES MACEDO		18/05/1976	71,00
2	28408	BRUNO HENRIQUE MATTOS		03/03/1995	63,50
3	28407	AMAUROLDO RODRIGUES COSTA		25/07/1963	56,50

02 TRATORISTA

ORDEM	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	TOTAL
1	28158	ALEX PAULO DA SILVA OLIVEIRA	03/03/1990	95,50
2	27792	AMARILDO RICARDO ALCANI	07/03/1982	91,25
3	28046	MARCO AURÉLIO GOMES DA SILVA	07/03/1998	85,00
4	27468	BRUNO HENRIQUE DA SILVA GOMES	22/01/1996	77,00
5	27710	JOAO ROBERTO NIZA	14/09/1973	70,00

1.1.2 NÍVEL ENSINO MÉDIO

03 AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

ORDEM	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	TOTAL
1	27769	YASMIM KAROLAINY CARVALHO BARRETO	18/02/2004	85,50
2	27194	TATIANE MEIRE PIRES	18/12/1979	75,50
3	27144	TAISI MARQUES DE OLIVEIRA	13/09/1994	71,50
4	28193	DANUBIA TATIANE PEREIRA BONFIM	15/08/1983	64,50
5	28358	DAIANE SÉRAFIN MENDES	24/03/1988	70,50
6	28150	MARCIA REGINA DE CARVALHO SANT'ANNA MEDINA	20/05/1970	69,00
7	27247	BRUNA JEMGERME SOUZA	18/11/2002	69,00
8	28470	MATHEUS CARLOS CORDEIRO	31/01/2005	69,00
9	28162	EDUARDA GARCIA DA SILVA	14/12/1994	65,00
10	28259	SIDNEIA MARTINS DA SILVA	15/08/1983	61,00
11	27784	JOSIAS DONISEI BELTRANI	05/01/1984	64,00
12	27548	ALESSANDRA APARECIDA LIZIERO	09/04/1978	63,50
13	27316	LETICIA DE ARO VITÓRIO	16/06/2003	63,50
14	27246	EDUARDA GARCIA DA SILVA	20/08/1999	62,50
15	28345	DANILIA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA	31/12/1986	61,00
16	27539	RENATA DOS SANTOS ZANGARI	02/05/1999	60,50
17	27836	MARIA APARECIDA CARMO LEAL	18/07/1985	60,00
18	27803	NATIELE PATRÍCIA DOS SANTOS ROCHA	17/09/1988	60,00
19	27547	TAIANA APARECIDA NIZA	10/05/1995	59,00
20	27136	FRANCIELE RODRIGUES DE SOUZA CHAGAS	12/11/1993	58,50
21	27169	SABRINA GULO DA SILVA	18/09/1994	57,50
22	28280	GABRIELA FURLAN FERREIRA	25/02/2005	57,50

ORDEM	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	TOTAL
23	27826	YASMIM FERNANDA FIGUEIREDO SOUSA	23/07/2005	57,50
24	28218	ROSELAINE PIASSALI DE ALMEIDA	10/10/1989	56,50
25	27841	ERICA MAGALHÃES JUSTINO	22/03/1999	56,50
26	27657	FERNANDA ARAUJO DOS SANTOS	21/08/1997	56,50
27	27871	ALINI CRISTINA DE ALMEIDA	04/04/1996	56,00
28	27491	VANESSA VIDAL ROSALEN	19/02/2004	55,50
29	28247	VANESSA KELEN DOURADO	17/03/1991	54,50
30	27179	THAIZA BARBOSA MARQUES	15/04/1994	54,00
31	27160	VANILDA ROSA DA SILVA	18/01/1990	53,50
32	27175	VITORIA VIDAL ROSALEN	06/08/2002	51,50

04 ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

ORDEM	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	TOTAL
1	28289	JULIANA APARECIDA CUSTODIO DOS SANTOS	04/01/1984	65,50
2	27259	LARA ROBERTA MARANGÃO NIZA	06/12/1980	55,00

05 MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

ORDEM	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	TOTAL
1	27132	ITALO FEITOSA DE SOUZA	30/04/1992	84,00
2	27236	ANDRÉ BARBOZA DOS SANTOS	08/02/1981	82,00
3	28306	MATHEUS HENRIQUE PORATO	03/01/2002	80,00
4	27833	TIAGO GONÇALVES FIORILLI	09/07/1985	79,00
5	27647	DAYANE GONÇALVES MENDICINHO	03/01/1995	78,00
6	28286	VITÓRIA CHUMPTATO TORO	03/10/2003	78,00
7	27114	ROSANGELA MARIA DOS SANTOS	04/06/1972	76,00
8	27230	DILMA MENDES DE SOUZA	13/03/1984	75,00
9	28226	MARCELO MONIQUE DOS SANTOS	09/10/1997	75,00
10	28343	GIULLIA MARIA PROTÁ BRITO	29/08/2003	73,00
11	28036	GUSTAVO SOLDA BARBOZA	26/08/2004	72,50
12	28350	REGINALDO ALVES FERREIRA	29/07/1974	69,00
13	28111	VIVIANE FABRICA DE ARAUJO PROTÁ	05/08/1983	68,00
14	27231	BIANCA DE LIMA FERREIRA	25/11/1998	67,50
15	28540	NATÁLIA HELOISA SANTOS RODRIGUES	28/12/1997	65,50
16	28308	LETICIA BORGES PEREIRA	28/09/1988	63,50
17	27946	ALESSANDRA APARECIDA DOS SANTOS SILVA	17/05/1983	63,00
18	27809	ELISANGELA MIRANDA PINTO	26/05/1978	62,50
19	27321	FLÁVIA SOLDA PAZZINI	26/04/1977	62,00
20	27386	FERNANDA DUARTE MATTOS DA SILVA	03/03/1993	62,00
21	28256	DIEGO DONIZETE APARECIDO DOS SANTOS	09/09/1994	60,50
22	27773	LAUDINEIA MIRANDA DE CAMPOS DE ALMEIDA	19/03/1994	60,00
23	28231	ANGÉLIA MARIA DA SILVA	14/11/1975	59,00
24	28353	MADALENA FRANCISCA BONFIM DE SOUZA	26/11/1982	59,00
25	27959	REGIANE JANETE LINDOLFO DE OLIVEIRA	11/07/1976	57,50
26	28264	BEATRIZ VIEIRA NOVAIS PINTO	10/05/1994	57,50
27	27258	ELISANGELA MARIA DE CARVALHO DA SILVA	27/01/1978	57,00
28	27292	GRAZIELLE MARIN MARANGÃO	03/04/2005	54,00
29	27254	LUSINETTE PAULA FARIA SILVA	28/06/1973	52,50
30	27254	ADRIELY MOLINARI VOSS	05/03/1990	51,50

06 SECRETÁRIO DE ESCOLA

ORDEM	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	TOTAL
1	27240	NADIA EDUARDA MARTINS NEPUMOCENO	09/11/1999	76,00
2	28209	GIOVANA MAIRA ROVERI PEREIRA	16/08/1999	72,00
3	27843	MAISA TIEMI TOMONARI	05/03/1997	71,00
ORDEM	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	TOTAL
4	28233	PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA	14/07/1995	70,50
5	28155	JOÃO PEDRO DUARTE BORTOLOTTI	22/06/2003	68,50
6	28545	RAMON MELO RECHE	01/04/1972	68,00
7	27307	JULIANA MARIN DOS SANTOS	25/08/1999	65,50
8	28316	SÍNTHIA MARQUES DE OLIVEIRA BENITES	11/08/1984	63,00
9	27195	ALESSANDRA DE AZEVEDO	19/11/1979	62,50
10	28115	MAIARA DE SOUZA MARANGÃO	28/02/2002	62,50
11	28571	VANESSA PENARIOL SCHEI	20/08/2001	59,00
12	27204	MARIELE DE ANGELI MIRANDA	10/09/1994	57,50
13	27138	KAROLAYNE CRISTINA GONÇALVES VIEIRA	27/12/1997	57,00
14	27740	ISABELA DAS NEVES	31/03/1992	56,50
15	28198	ARIANE ALVES DOS SANTOS	09/08/1986	55,50
16	28453	DAIENY MARQUES SASS	29/03/1993	55,50
17	28626	DANIELE DA SILVA	16/05/1991	54,00
18	27266	ANA LÍVIA DE FREITAS SILVA	30/10/1991	50,50
19	28352	BRUNO EDUARDO ZANGARI DA SILVA	05/08/2002	50,00

07 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

ORDEM	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	TOTAL
1	28133	JOSIANE LIVERO DOURADO	30/04/1989	81,50
2	27147	RENATA MARIA DE SOUZA DA CUNHA	29/09/1981	71,50
3	27735	VERA LÚCIA MARIA CARLOS DOS SANTOS	18/02/1970	66,50
4	28134	YGOR RAFAEL ORLANDO	12/04/1996	65,00
5	28279	WILLIAM CRISTINA BRITO GENOVA	25/10/1978	65,00
6	28195	GLAUCIA MAGRI GUADIA	26/01/1972	61,50
7	27835	LIVIA PASSOS FRANCISCO	14/09/1985	61,00
8	28154	SUZANA MARA SULTATO INOCENCIO	18/01/1983	60,50
9	28573	MARTA ISABEL SOUZA SANTOS	16/03/1984	60,00
10	28321	JENIFER IGLECIA ARANHIA PRETEL	10/07/1996	57,00</

## PREFEITURA M. DE APARECIDA D’ OESTE

EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO CONTRATUAL

ORIGEM: Pregão Presencial nº 010/2022 – Processo Administrativo nº 030/2022

CONTRATO 022/2021

OBJETO: “Prestação de serviços de mão de obra relacionados à atividade meio com a finalidade de atender as demandas do município, para um período de mais 02(dois) meses.”

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Aparecida d’ Oeste

CONTRATADO: APRAZIVEL SERVIÇOS DE LIMPEZA E TERCEIRAÇÕES LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 93.466,00 (Noventa e três mil, e quatrocentos e sessenta e seis reais), sendo o valor mensal de R\$ 46.733,00 (Quarenta e seis mil, e seletentos e trinta e três reais)

DATA DE ASSINATURA: 30 de março de 2023.

VIGÊNCIA: Até 31 de maio de 2023.

Izaías Aparecido Sanchez

Prefeito Municipal

## PREFEITURA M. DE APARECIDA D’ OESTE

EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO CONTRATUAL

ORIGEM: Inexibibilidade nº 001/2021 – Processo Administrativo nº 034/2021

CONTRATO 059/2021

OBJETO: “Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica e contencioso jurídico em geral, em especial no tocante as demandas junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em todos os seus processos e procedimentos”, para um período de mais 12 (doze) meses.”

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Aparecida d’ Oeste

CONTRATADO: EDISON AUGUSTO RODRIGUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

VALOR TOTAL: R\$ 83.680,80 (Oitenta e três mil, seiscentos e oitenta reais, e oitenta centavos), sendo o valor mensal de R\$ 6.973,40 (Seis mil, novecentos e setenta e três reais, e quarenta centavos)

DATA DE ASSINATURA: 03 de abril de 2023.

VIGÊNCIA: Até 04 de abril de 2024.

Izaías Aparecido Sanchez

Prefeito Municipal

## PREFEITURA M. DE APARECIDA D’ OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: DISPENSA 005/2023 - PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 019/2023

CONTRATO 020/2023

OBJETO: “Contratação de empresa especializada para aquisição de materiais escolares para a Secretaria Municipal de Educação.”

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D’ OESTE/SP

CONTRATADA: CARMINE ZEULI DE ARAUJO 92839835800

VALOR TOTAL: R\$ 83.450,00 (Oitenta e três mil, e quatrocentos e cinquenta reais)

DATA DE ASSINATURA: 21 de março de 2023

VIGÊNCIA: Até 21 de maio de 2023.

IZAIAS APARECIDO SANCHEZ

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA M. DE APARECIDA D’ OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: DISPENSA 006/2023 - PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 020/2023

CONTRATO 021/2023

OBJETO: “Contratação de empresa especializada para serviços de obras de reforma em prédios públicos no município de Aparecida d’ Oeste.”

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D’ OESTE/SP

CONTRATADA: ROBERTO MENDES 22300835894

VALOR TOTAL: R\$ 103.133,95 (Cento e três mil, cento e trinta e três reais, e noventa e cinco centavos)

DATA DE ASSINATURA: 21 de março de 2023

VIGÊNCIA: Até 21 de maio de 2023.

IZAIAS APARECIDO SANCHEZ

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA M. DE APARECIDA D’ OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: DISPENSA 008/2023 - PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 024/2023

CONTRATO 026/2023

OBJETO: “Contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de pode de árvores e roçada de vias e prédios públicos.”

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D’ OESTE/SP

CONTRATADA: ANTONIO DONIZETE SIMOES 15487507864

VALOR TOTAL: R\$ 44.968,00 (Quarenta e quatro mil, e novecentos e sessenta e oito reais)

DATA DE ASSINATURA: 31 de março de 2023.

VIGÊNCIA: Até 30 de junho de 2023.

IZAIAS APARECIDO SANCHEZ

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA M. DE APARECIDA D’ OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: DISPENSA 007/2023 - PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 023/2023

CONTRATO 025/2023

OBJETO: “Contratação de empresa do ramo para a aquisição de peças, destinadas a manutenção da Caterpillar Motor Niveladora, pertencente ao município de Aparecida d’ Oeste.”

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D’ OESTE/SP

CONTRATADA: COMTEL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - EPP

VALOR TOTAL: R\$ 19.483,00 (Dezenove mil, quatrocentos e oitenta e três reais)

DATA DE ASSINATURA: 03 de abril de 2023.

VIGÊNCIA: Até 05 de junho de 2023.

IZAIAS APARECIDO SANCHEZ

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA M. DE APARECIDA D’ OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 025/2023

IZAIAS APARECIDO SANCHEZ, Prefeito do Município de Aparecida D’Oeste, Estado de São Paulo, Torna Público que se acha aberto no Setor de Administração da Prefeitura Municipal, PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2023, destinada a contratação de empresa especializada em softwares para fornecimento de solução de gestão pública Municipal, no modo de licenças de uso de programas, sem limite de usuários. Inclui ainda serviços complementares necessários ao funcionamento de tais softwares, como migração de dados, implantação, parametrizações e configurações, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva e todas as demais condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, para atender a Prefeitura do Municipal, Câmara Municipal e Instituto de Previdência Municipal de Aparecida D’Oeste – SP e será feita adjudicação para empresa que apresentar o MENOR PREÇO UNITÁRIO. O edital poderá ser retirado pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Ademir de Oliveira nº 10, Centro, na cidade de Aparecida D’ Oeste/SP, em horário de funcionamento, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta, até o dia 02 de maio de 2023.

As propostas deverão ser apresentadas no Setor de Administração da Prefeitura Municipal, sito à Praça Ademir de Oliveira nº 10, até às 09h00 horas do dia 03 de maio de 2023.

Melhores informações poderão ser obtidas no endereço http://www.pmaparecidadoeste.sp.gov.br, na aba de Editais e Licitações.

Prefeitura Municipal de Aparecida D’ Oeste - SP, 11 de abril de 2023.

IZAIAS APARECIDO SANCHEZ -PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

Extrato de Contrato

Contratante: PM Pontalinda

Contratada: Karolina Lima Lopes da Silva, CNPJ: 36.378.879/0001-57.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 05 (cinco) Cuidadores Escolares para atender crianças com necessidades de cuidados especiais, que frequentam as Unidades Escolares: Creche Odócia Maria de Jesus, EMEI Lucilei Alves Sant’ Anna Cardoso e EMEF Geraldo Hortêncio Trindade neste Município de Pontalinda, ficando ajustado o serviço em questão, de acordo com os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Contrato nº 13/2023

Valor Global R\$ 76.981,20

Data: 11/04/2023

Vigência: 11/04/2023 até 11/04/2024

Pregão Presencial nº 04/2023

Processo CL/PMP 10/2023

Setor de Licitações e Contratos

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA



**4º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO:  
REFERENTE AO CONTRATO N.º 29/2019 QUE ENTRE SI FAZEM:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA  
E A EMPRESA: LUCIANA CRISTINA POSEBOM BOLOGNA ME**

Por este termo e na melhor forma de direito, resolvem prorrogar o contrato nas disposições do Artigo 57, inciso II, da Lei N.º 8.666/93 e suas alterações e da Clausula Quarta do Contrato nº 29/2019, de um lado a **Prefeitura Municipal de Pontalinda/SP**, com sede à Rua Tupinambás nº 1091, devidamente inscrita no CNPJ 65.712.077/0001-30, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, **Sisínio de Oliveira Leão**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Pontalinda - SP, portador do RG. nº. 9.959.448 SSP/SP e CPF 928.411.808-59, denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, a Empresa: **LUCIANA CRISTINA POSSEBOM BOLOGNA ME**, CNPJ: 03.244.678/0001-08, Rua Pedro Modesto Andreo Padilha nº 80, Bairro Parque Industrial II, CEP: 15.708-034, na cidade de Jales/ SP, que se faz representar pelo Senhor **IVAIR BOLOGNA**, portador do RG: 11.950.596-4 SSP/SP, CPF: 064.444.068-62, residente e domiciliado na Rua Pedro Modesto Andreo Padilha nº 80, Bairro Parque Industrial II, CEP: 15.708-034, na cidade de Jales/ SP, doravante denominada **CONTRATADA**, assinado em 05 de Abril de 2019 na forma das cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO MOTIVO**  
O presente aditivo tem por objetivo a prorrogação por mais **12 (doze) meses**, ou seja, de **06 de Abril de 2023 a 06 de Abril de 2024**, do **Contrato nº 29/2019, Processo 21/2019, Pregão Presencial 009/2019**, que tem por objetivo a contratação de empresa no ramo jornalístico de grande circulação regional, para publicação de atos oficiais e textos legais do Município de Pontalinda, em jornal impresso e também jornal on-line, edições semanais, ou seja, publicações de extratos de contratos, avisos, homologações, campanhas de divulgações, balanços contábeis e todos os atos relativos ao interesse da Administração Municipal, observando os padrões de qualidade exigíveis pelo mercado nacional.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO REAJUSTE**  
Conforme solicitação do Diretor Municipal da Divisão de Administração desta Municipalidade e parecer jurídico em anexo, mediante acordo entre as partes o valor mensal dos serviços passa a ser de **R\$ 1.642,76 (um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos)**, de acordo com o índice aplicado IPC FIPE e visando o princípio da economicidade e proposta mais vantajosa para a Municipalidade. Sendo assim, o valor anual do contrato passará a ser de **R\$ 19.713,15 (dezenove mil setecentos e treze reais e quinze centavos)**.

### CLAUSULA TERCEIRA: DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Mediante assinatura deste termo, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:  
Cópia de cartão do CNPJ atualizado.  
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social através da Certidão Negativa de Débito e/ou de outro documento expedido pelo INSS.  
Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de documento expedido pela Caixa Econômica Federal.  
Certidão Negativa de Tributos Municipais, do local onde encontra se instalada a empresa..  
Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Estadual.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR)

### CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato **original nº 29/2019**, do qual este Termo de Prorrogação fica fazendo parte integrante, permanecem inalteradas. E assim, pór estarem justas e de acordo, as partes assinam 05 (cinco) vias de igual teor do presente instrumento, para um só fim de direito.

Pontalinda, 06 de abril de 2022.

<u>Sisínio de Oliveira Leão</u> Prefeito Municipal	<u>Luciana Cristina Posebom Bologna Me</u> Ivaír Bologna Contratada
Testemunhas:	
1 <u>RG;</u> CPF;	2 <u>RG;</u> CPF;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

**Termo Aditivo 01/2023**

Contrato nº 041/2022 - Pregão Presencial nº 007/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Vitória Brasil - CNPJ 01.611.210/0001-89 - Contratada: Paula Vanessa Marette de Carvalho ME - CNPJ 26.740.101/0001-92

Objeto: Prorrogação do Contrato por mais 12 (doze) meses, para prestação de serviços de 01 (um/a) PROFISSIONAL FARMACÉUTICA (O) para atendimento junto à Unidade Básica da Saúde (UBS).

Valor: R\$ 33.825,60

Assinatura: 04/04/2023

**Termo Aditivo 01/2023**

Contrato nº 040/2022 - Processo nº 018/2022 - Pregão Presencial nº 007/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Vitória Brasil - CNPJ 01.611.210/0001-89 - Contratada: SNCC Comunicar Clínica Multidisciplinar Ltda ME- CNPJ 41.355.807/0001-24

Objeto: Prorrogação do Contrato por mais 12 (doze) meses, para prestação de serviços de 01 (um/a) PROFISSIONAL FONOAUDIÓLOGO (A) e 01 (um/a) PROFISSIONAL DE ACUPUNTURA para atendimento junto à Unidade Básica da Saúde (UBS).

Valor Total: R\$ 71.766,00

Assinatura: 04/04/2023

**Termo Aditivo nº 01/2023**

Contrato nº 074/2022 - Pregão Presencial nº 015/2022 - Processo nº 040/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Vitória Brasil - CNPJ 01.611.210/0001-89

Contratada: Aglon Comércio e Representações Ltda - CNPJ 65.817.900/0001-71

Objeto: Termo Aditivo nº 01/2023 ao Contrato nº 074/2022 – Acréscimo quantitativo de 25% nos itens 9, 138, 228 e 230 - Aquisição de Medicamentos.

Valor do Aditivo: R\$ 1.333,50

Assinatura: 10/04/2023

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

**Processo nº 014/2023**

**Dispensa de Licitação nº 004/2023**

Objeto: **“Aquisição de ovos de páscoa de chocolate ao leite pesando 250g, contendo no seu interior 02 bombons do tipo bola com cobertura de chocolate ao leite com aproximadamente 20g cada, deverá ser chocolate de boa qualidade”**

**ADJUDICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Vitória Brasil, através do Exmo. Prefeito, Sr. Paulo Henrique Miotto, **ADJUDICA**, pelo critério **MENOR PREÇO**, o objeto acima à empresa **Marissa Pupim dos Santos 52540077889 – ME – inscrita no CNPJ 38.831.916/0001-66, com sede comercial na Rua dos Patricios, nº 2530, Centro, CEP 15.745-00, na cidade de Paranapuã, Estado de São Paulo, referente ao Processo nº 014/2023 – Dispensa de Licitação nº 004/2023.**

Vitória Brasil/SP, 30 de março de 2023.

**Paulo Henrique Miotto**  
Prefeito

**Extrato**

Processo nº 014/2023

Dispensa de Licitação nº 004/2023

Prefeitura de Vitória Brasil - CNPJ 01.611.210/0001-89

Fornecedor: Marissa Pupim dos Santos 52540077889 - CNPJ 38.831.916/0001-66

Nota de empenho: nº 1033 e nº 1034

Objeto: Aquisição de ovos de páscoa de chocolate ao leite pesando 250g, contendo no seu interior 02 bombons do tipo bola com cobertura de chocolate ao leite com aproximadamente 20g cada, deverá ser chocolate de boa qualidade.

Valor: R\$ 15.890,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

### HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Senhor SISINIO DE OLIVEIRA LEÃO, Prefeito Municipal de Pontalinda - SP, no uso de suas atribuições legais, em vista do que consta no parecer da comissão de Apoio, Referente ao Pregão Presencial nº 04/2023.

Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Apoio, nomeada pela **Portaria nº 191/2023, sobre o Processo de Licitação CL/PMP nº 10/2023, Pregão Presencial 04/2023**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de 05 (cinco) Cuidadores Escolares para atender crianças com necessidades de cuidados especiais, que frequentam as Unidades Escolares: Creche Odócia Maria de Jesus, EMEI Lucilei Alves Sant’ Anna Cardoso e EMEF Geraldo Hortêncio Trindade neste Município de Pontalinda, ficando ajustado o serviço em questão, de acordo com os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa: **Karolina Lima Lopes da Silva**, CNPJ: 36.378.879/0001-57, Rua Bernardino Moreira de Sousa nº 1954, Sebastião Gasparino, CEP: 15.718-000, na cidade de Pontalinda, Estado de São Paulo.

Pelo presente, ficam intimadas as empresas vencedoras da licitação supramencionada a comparecerem nesta Prefeitura para assinar contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados a partir desta data.

Pontalinda, 11 de abril de 2023.

Sisínio de Oliveira Leão  
PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

### HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Senhor SISINIO DE OLIVEIRA LEÃO, Prefeito Municipal de Pontalinda - SP, no uso de suas atribuições legais, em vista do que consta no parecer da comissão de Apoio, Referente ao Pregão Presencial nº 05/2023.

Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Apoio, nomeada pela **Portaria nº 193/2023, sobre o Processo de Licitação CL/PMP nº 12/2023, Pregão Presencial 05/2023**, que tem por objeto a contratação de empresas especializadas na prestação dos seguintes serviços médicos: serviços médicos com especialidade em ultrassonografia (8 horas semanais); serviços médicos clínico generalista (8 horas semanais) e serviços médicos clínico generalista (20 horas semanais), objetivando a necessidade das ações desenvolvidas, prevenção e promoção à saúde para atendimento junto à Unidade Básica de Saúde deste Município de Pontalinda.

Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas: **M. A. CURSOS LTDA**, CNPJ 41.364.194/0001-91, com sede a Rua Mario Sartorio nº 2683, Bairro Residencial Santa Filomena, CEP: 15.601-148, na cidade de Fernandópolis , Estado de São Paulo; **BRD SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME – CNPJ 18.847.957/0001-33** Avenida Afonso Cáfar0 nº 2611, sala 01, Bairro Jardim Santista na cidade de Fernandópolis SP.

Pelo presente, ficam intimadas as empresas vencedoras da licitação supramencionada a comparecerem nesta Prefeitura para assinar contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados a partir desta data.

Pontalinda, 11 de abril de 2023.

Sisínio de Oliveira Leão  
PREFEITO MUNICIPAL